

Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais: uma meta-avaliação

▮ Gleikcelene Neri de Brito *

▮ Ilza Ferreira da Silva **

▮ Ligia Gomes Elliot ***

Resumo

O artigo relata a meta-avaliação do Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais, à luz dos padrões de Utilidade e Adequação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. Nos procedimentos metodológicos, utilizou-se o relatório que avaliou o impacto do Canal Futura na vida das pessoas e que também avaliou se o investimento da Fundação Itaú Social mantinha a mesma competência da área financeira. A avaliação do Canal Futura baseou-se em dois tipos de avaliação de disposição a pagar e a avaliação de impacto. As dimensões avaliadas de disposição a pagar e valor monetário, troca de bens e troca de canais de TV mostraram resultados favoráveis ao Canal Futura, comprovando o retorno dos recursos econômicos empregados à sociedade. Conforme constatado no estudo avaliativo, o Canal Futura apresenta um perfil diferenciado de telespectadores, então, o seu objetivo de “favorecer a inclusão simbólica de segmentos da população brasileira” parece estar sendo alcançado.

Palavras-chave: Meta-avaliação. Avaliação. Padrões de Utilidade e Adequação.

* Mestranda do Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Atua na equipe de Avaliação e Acompanhamento da Coordenação Central de Educação a Distância - CCEAD- PUC-Rio. E-mail: gleicegn@gmail.com.

** Mestranda em Avaliação pela Fundação Cesgranrio. Técnica em Assuntos Educacionais do Colégio Pedro II. E-mail: ilzamercedes@ig.com.br.

*** PhD em Educação/Avaliação e Mestre em Estudos Latino Americanos, Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA); Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação do Programa de Pós-Graduação, Fundação Cesgranrio. E-mail: ligia@cesgranrio.org.br.

Introdução

Programas de televisão oferecidos à população são, muitas vezes, assuntos frequentes de debates calorosos promovidos por pais e educadores, sempre preocupados com a qualidade e utilidade do que é ofertado ao público, principalmente às crianças e adolescentes. Explica-se assim o fato de um grande número de famílias utilizarem pacotes de televisão a cabo, ou por assinatura, na busca de alternativas de canais e programação adequada ao público infanto-juvenil.

Considerando essas inquietações, a Fundação Roberto Marinho inaugurou, no final dos anos 90, o Canal Futura, buscando, assim, atender com programas educativos a públicos de diferentes faixas etárias. Este canal pode ser acessado em escolas e espaços alternativos de educação, é gratuito (disponível também na televisão aberta) e oferece programação variada que atende a perfis diferenciados de telespectadores.

Uma emissora como o Canal Futura, que apresenta uma programação alternativa, diferente, voltada para a educação e que promove a discussão de temas que contribuem para a formação cultural e intelectual do cidadão, enfrenta um investimento dispendioso.

Para viabilizar economicamente um canal é necessário o estabelecimento de parcerias, como a realizada com o Banco Itaú, por meio da Fundação Itaú Social, que leva suas competências na área econômica para o campo social, a qual realiza, desde 2004, o Programa de Avaliação Econômica de Projetos Sociais. Em relação ao Canal Futura, tal programa tem como objetivo avaliar o seu impacto na vida das pessoas e, também, a relação custo-benefício.

No Relatório de Avaliação Econômica (BANCO ITAÚ-UNIBANCO, 2007), elaborado pela Fundação Itaú Social, foram apresentados resultados em nível nacional, de pesquisa de fluxo, realizada em dezembro de 2006 pelo Datafolha. O Relatório continha dados importantes sobre os telespectadores, além da resposta à curiosa pergunta: Você pagaria pelo Canal Futura?

O objetivo deste trabalho consistiu em realizar a meta-avaliação deste Programa de Avaliação à luz de padrões de Utilidade e Adequação elaborados pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Com a meta-avaliação pretende-se verificar a qualidade da avaliação realizada, sua utilidade, responsabilização, de modo a possibilitar tomada de decisões que tragam

melhorias para o programa. Assim, o objeto da meta-avaliação é o Relatório de Avaliação Econômica de Projetos Sociais.

O Relatório do Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais

O relatório do Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais foi produzido com o objetivo de avaliar o impacto do Canal Futura na vida das pessoas e também avaliar se o investimento da Fundação Itaú Social mantém a mesma competência da área financeira.

A avaliação foi realizada por avaliadores internos e externos. A coleta de dados foi feita por meio de questionário, uma pesquisa de fluxo, realizada pelo Datafolha, com representatividade para o Brasil, em dezembro de 2006.

O relatório de avaliação foi elaborado de forma clara e objetiva. Consta de apresentação, sumário executivo, introdução, metodologia (pesquisa de campo, perfil dos entrevistados, disposição a pagar e avaliação de impacto), conclusões e fontes bibliográficas. No relatório, encontram-se também, informações sobre o Canal Futura que são disponibilizadas aos entrevistados, no ato da pesquisa:

Segundo o relatório, o Canal Futura é um canal educativo que fica 24 horas no ar. A população brasileira pode assisti-lo por antenas parabólicas, TV por assinatura (NET e SKY) ou por emissoras UHF e TVs universitárias. O Canal Futura oferece programas educativos e culturais para a família, as crianças e os jovens, dando dicas úteis para o dia a dia, além de ajudar professores e estudantes. São programas para divertir e para desenvolver a educação e a cultura no Brasil.

Para desenvolver e manter o Canal Futura são necessários recursos financeiros. O Canal Futura é um canal privado e os recursos financeiros que recebe hoje não são suficientes para sustentar suas atividades. Dessa forma, o Canal Futura e suas ações sociais precisam recorrer a outras formas de arrecadar recursos.

O Programa possui duas vertentes principais de atuação, a realização de avaliações de projetos e a disseminação da cultura de avaliação para gestores de projetos sociais e de políticas públicas. No campo da avaliação, tem-se por premissa sua realização para todos os programas próprios. A disseminação da cultura de avaliação é feita mediante avaliação de projetos de terceiros, como também por meio de ações de disseminação de

conhecimento, pela oferta de cursos, seminários e informações disponibilizadas na página eletrônica da Fundação Itaú Social.

O relatório, foco da presente meta-avaliação, apresenta a avaliação econômica do Canal Futura. A avaliação foi composta de duas partes. A primeira visa determinar o valor econômico do Canal Futura a partir da metodologia de disposição a pagar, enquanto a segunda é uma avaliação de impacto de temas diretamente relacionados à atuação do canal, como discriminação, engajamento social e empreendedorismo.

O Quadro 1 resume, de forma mais evidente, como o programa foi avaliado. Vale ressaltar que o mesmo foi avaliado por meio de dois tipos de avaliação: de impacto e de disposição a pagar.

Quadro 1 – Avaliação do Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais

Etapas	Atividades
Introdução	- Realizar a avaliação de impacto e de disposição a pagar - Apresentar a conceituação de Canal Futura - Definir os objetivos da avaliação
Pesquisa de Campo	- Realizar pesquisa de fluxo realizada pelo Datafolha em dezembro de 2006
Disposição a pagar	- Avaliar o valor do Canal Futura, incluindo seu valor privado e possíveis externalidades (benefícios sociais, culturais, educacionais, etc, da programação de TV e das ações sociais para o País como um todo)
Avaliação de Impacto	- Definir se o Canal Futura efetivamente fez a diferença em relação a estes temas.
Conclusão	- As três dimensões avaliadas de disposição a pagar, valor monetário, troca de bens e troca de canais de TV mostraram resultado favorável ao Canal Futura.

Fontes: As autoras (2015).

A avaliação se destina aos investidores e todos os telespectadores brasileiros interessados em uma televisão de qualidade com grade variada de programação que atenda a diferenciados perfis.

Após revisão bibliográfica, as autoras optaram por aplicar os padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011) como procedimento metodológico da meta-avaliação. Penna Firme e Letichevsky (2002, p. 296) defendem que “a meta-avaliação fomenta a capacidade em avaliação”. Sendo assim, pretende-se, com esta meta-avaliação do relatório do Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais,

apresentar uma contribuição à questão da meta-avaliação referente à avaliação do programa de projetos sociais, buscando realizar uma meta-avaliação de modo a observar os padrões de referência que uma avaliação de qualidade requer.

Dessa forma, foram vários os passos seguidos para fazer esta meta-avaliação. Em primeiro lugar, foi realizado um levantamento de alguns relatórios de avaliações disponíveis nos sites de empresas que realizam e possuem um cunho educacional, uma vez que se buscava essa linha, por estar relacionada com a formação profissional das autoras. Após esse processo investigativo nos sites, encontrou-se o relatório que instigou a realizar a meta-avaliação.

Já com o relatório definido, realizou-se uma primeira leitura, e identificou-se que para realizar a meta-avaliação era preciso examinar os padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011), uma vez que se destinam a conduzir avaliações e meta-avaliações. Dentre as categorias de padrões adotadas pelo Joint Committee, o estudo elegeu as categorias de utilidade e de adequação, por se mostrarem mais pertinentes ao conteúdo do relatório escolhido.

Sendo assim, a meta-avaliação foi realizada seguindo os padrões explicitados pelo *Joint Committee*, fundamentando-se a análise com evidências extraídas do Relatório em foco e justificando a pertinência junto a cada padrão, em sua categoria.

Um aspecto importante que merece ser citado foi a metodologia de disposição a pagar, citada no relatório. A metodologia chamou atenção por ser novidade e apesar de ter sido, segundo os avaliadores, usada com sucesso em canais no exterior, tornou-se uma limitação para a meta-avaliação. Por ser específica e não apresentar parâmetros de comparação, não foi possível proceder ao julgamento de ser, ou não, uma escolha acertada.

Resultados da Meta-Avaliação

Foram aplicados os padrões de *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011) para a meta-avaliação. Para Elliot (2011), os padrões de avaliação representam um esforço conjunto e prolongado de várias organizações e associações norte-americanas e canadenses ligadas à educação e à avaliação. A finalidade desse empreendimento foi produzir, em uma linguagem clara e de fácil apreensão, diretrizes

que pudessem tanto servir de orientação para a elaboração de projetos avaliativos de programas ou de outros objetos de avaliação, quanto para a execução deles próprios, e até para a meta-avaliação que se volta para o julgamento de avaliações realizadas. Este último é o objetivo do presente artigo.

No texto de Elliot (2011), encontra-se a informação de que os padrões de utilidade, em número de oito, transparecem a preocupação com as necessidades de informação dos usuários, interessados na avaliação. É preciso que os resultados sejam úteis a quem encomendou a avaliação. Caso contrário, a avaliação não se justifica, pois não serviu ao cliente ou aos interessados. De acordo com esses padrões, a avaliação deve ser conduzida por um avaliador ou equipe competente e isto deve servir como garantia de sua credibilidade; dar atenção a todos os interessados (*stakeholders*) na avaliação em foco; negociar os propósitos da avaliação e selecionar informação relevante de modo a atender às necessidades desses interessados; indicar os valores que embasam os propósitos, processos e a interpretação dos resultados; apresentar comunicações e relatórios que descrevam claramente o que foi realizado e que sejam entregues nos prazos estabelecidos; considerar as possíveis consequências e influência que os resultados da avaliação podem vir a ter.

A meta-avaliação somativa, segundo Stufflebeam (apud ELLIOT, 2011), auxilia os interessados a perceber tanto os pontos fortes, como as fragilidades da avaliação realizada, e ainda o seu mérito e valor.

Avaliação de acordo com os Padrões de Utilidade

Os padrões de Utilidade têm por objetivo garantir que a avaliação atenda às necessidades de informação dos *stakeholders* direta ou indiretamente envolvidos e interessados no processo avaliador. São sete os padrões que abarcam o atributo Utilidade.

Segundo Elliot (2011, p. 948),

Uma avaliação precisa ser útil para aqueles que a encomendaram e que nela têm interesse. Assim, a utilidade de uma avaliação é determinada pela necessidade que determinado grupo de interessados possui em relação a seus resultados.

De acordo com Penna Firme e Letichevsky (2002), a avaliação é útil quando atende às necessidades de informação prática para os usuários, anunciando o relatório a tempo de gerar impactos, provendo aos envolvidos no processo avaliativo os dados para sua capacitação em avaliação.

Sendo assim, uma avaliação útil leva a descrições, conclusões, julgamentos, decisões, recomendações e outros processos que atendem às necessidades daqueles que as solicitam, conforme argumentam Yarbrough et al. (2011) que “os padrões podem ser aplicados para melhorar a qualidade e responsabilidade durante todas as fases da avaliação.”

U1 Credibilidade do Avaliador. As avaliações devem ser conduzidas por pessoal qualificado que estabeleça e mantenha credibilidade no contexto de avaliação.

Segundo o Relatório (BANCO ITAÚ-UNIBANCO, 2007), o Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais conta com a coordenação técnica da Gerência de Avaliação de Projetos do Banco Itaú (avaliadores internos) e um consultor externo. A pesquisa foi feita pelo Datafolha e também foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por utilizar sua equipe de avaliadores capacitados, e ainda convidar avaliadores externos credenciados e participantes de associações de avaliação Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade e da Universidade de São Paulo, considera-se que o padrão Credibilidade do Avaliador foi plenamente atendido.

U2 Atenção aos Interessados (*stakeholders*) - avaliações devem dedicar atenção a todos os indivíduos e grupos envolvidos no programa e por eles afetados.

A avaliação atendeu aos *stakeholders*, respeitando normas, organizacionais e culturais, concluindo que as três dimensões avaliadas de disposição a pagar, valor monetário, troca de bens e troca de canais de TV, mostraram resultado favorável ao Canal Futura.

Os *stakeholders* foram atendidos, foram respeitadas normas organizacionais e culturais favorecendo a informação pertinente atendendo não só o padrão de utilidade 2 - Atenção aos interessados, como também o padrão de Precisão P2 – Informação Fidedigna, que recomenda que a informação da avaliação deve servir aos propósitos pretendidos e sustentar interpretações válidas.

U3 Propósitos Negociados - Os Propósitos da avaliação devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades dos *stakeholders*.

Acreditando que a participação de todos os interessados na avaliação é o meio de validar e perpetuar a cultura de avaliação, o Programa procura incluir os gestores do projeto a ser avaliado nas discussões sobre o desenho da avaliação. Esse trabalho conjunto possibilita, de um lado, um maior conhecimento do programa em questão, importante para um bom desenho de avaliação, e, por outro, leva à apropriação pelos gestores da cultura da avaliação.

Assim, as necessidades são priorizadas, os propósitos são investigados, as dúvidas são eliminadas e possíveis ambivalências clarificadas. Considera-se que o Padrão U3 - Propósitos Negociados foi atendido totalmente.

U4 Explicitação de Valores - As avaliações devem esclarecer e especificar os valores culturais e individuais que fundamentam processos e julgamentos de avaliação.

Todo o processo de avaliação, desde o seu desenho até a análise dos resultados, foi amplamente discutido entre a equipe do Programa e a do Canal Futura. Estas discussões possibilitaram o respeito as contribuições dos *stakeholders*, independente de seu status na estrutura do programa e demonstra que os avaliadores consideram importante examinar os valores presente no contexto do programa. Assim foi atendido plenamente o padrão de utilidade U4 - Explicitação de Valores.

U5 Informação Relevante - A informação obtida por meio da avaliação deve servir às necessidades identificadas e emergentes dos usuários.

Os resultados da análise de disposição a pagar mostraram que 48% da população brasileira está disposta a pagar algum valor para manter o Canal Futura no ar. Esta informação é de grande utilidade para os *stakeholders*.

O relatório elaborado de forma clara e objetiva está de acordo com os propósitos da avaliação; os dados apresentados em gráficos e tabelas permitem uma análise detalhada dos resultados. Houve coerência nos pontos de maior e menor relevância, com dosagem de informações adequadas a cada caso. Assim, o padrão de utilidade U5 - Informação Relevante foi atendido totalmente.

U6 Produtos e Processos Significativos - As atividades, descrições resultados e julgamentos resultantes da avaliação devem estimular seu uso.

Os resultados da avaliação de impacto sugerem que alguns temas apresentam maior preconceito da população em geral: gênero, regionalismo, religião, raça (orientais e indígenas apenas), e estética. A avaliação determinou que estes seriam temas com maior chance de serem afetados pela atuação do Canal Futura. Esta e outras conclusões apontadas pela avaliação são relevantes para a tomada de decisões.

Para os gestores do Canal Futura esta informação é de grande valia para tomada de decisões e implementação na grade de programação e de modificações nas áreas de atuação do canal. O Padrão U6 - Produtos e Processos Significativos foi plenamente atendido.

U7 Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo - As avaliações devem atender de modo oportuno e contínuo às necessidades de relato e comunicação aos *stakeholders*.

O relatório de avaliação foi escrito de forma funcional e responsivo às necessidades dos que tomam decisões relevantes, obedecendo aos padrões culturais e contextuais do Programa.

Foi redigido um sumário executivo que responde claramente às necessidades de informações dos usuários e dos *stakeholders*. Assim, considera-se que o padrão U7 - Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo foi plenamente atingido.

U8 Preocupação com Consequências e influências - As avaliações devem ao mesmo tempo, promover o uso responsável e adaptável e evitar consequências negativas e má utilização.

Criado em 2004, o Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais do Itaú ocorre em parceria com a Fundação Itaú e o Banco Itaú. Desta forma, o Banco Itaú leva suas competências na área econômica para o campo social.

Um ano após a realização desta avaliação, o Canal Futura realizou uma segunda rodada da avaliação de disposição a pagar, mostrando que completadas as atividades de avaliação deve-se continuar monitorando o programa e suas consequências devem ser analisadas formal e informalmente. O Padrão U8 - Preocupação com consequências e influências foi plenamente atendido.

Avaliação de acordo com os Padrões de Adequação

Os padrões de adequação, de acordo com Elliot (2011, p. 952),

Pretendem assegurar que a avaliação será desenvolvida respeitando aspectos morais, éticos e legais concernentes à qualidade da avaliação. Esses padrões são relativos ao bem-estar das pessoas envolvidas na avaliação ou que possam ser afetadas por seus resultados. Lidam com acordos e contratos entre clientes e avaliadores; tratam do respeito aos direitos dos participantes e a suas interações durante a avaliação, assim como cuidam de possíveis conflitos de interesses; focalizam o julgamento equilibrado de pontos fortes e fracos do objeto avaliado; tornam os resultados acessíveis aos interessados, apresentando um balanço contábil dos gastos com a avaliação.

A1 Orientação Responsiva e Inclusiva – As avaliações devem ser responsivas aos *stakeholders* e as suas comunidades.

O processo de avaliação responsiva e inclusiva envolve todas as consequências éticas e morais e também pode servir para aumentar a utilidade, viabilidade, exequibilidade, precisão e responsabilização. Atender os *stakeholders* e a seus contextos não é apenas uma atitude conveniente, mas também uma responsabilidade moral e profissional, segundo este padrão.

No relatório analisado percebe-se que os avaliadores tiveram cuidado com este critério, pois a avaliação realizada serviu para o aperfeiçoamento do Programa, evitando assim que fosse cancelado ou retirado do ar antes mesmo que fosse possível haver uma avaliação a fim de melhorar a sua qualidade. Consequentemente, a continuidade foi mantida e o padrão que trata da orientação expressiva e inclusiva foi atendido.

A2 Acordos Formais – As avaliações devem ser responsivas aos *stakeholders* e as suas comunidades.

Os acordos da avaliação devem ser negociados de modo que as obrigações fiquem explícitas, e sejam considerados os contextos culturais, as necessidades e as expectativas dos clientes e de outros *stakeholders*.

Este padrão sugere que as atribuições das partes envolvidas na avaliação devem ser acertadas por escrito para que tais partes sejam obrigadas a concordar com todas as condições do contrato ou formalmente poder renegociá-las. Os acordos formais são

favoráveis para focar e esboçar a avaliação e para realização de todas as partes responsáveis.

No relatório de avaliação analisado não encontramos de forma clara este padrão A2, porque não há descrito quem irá administrar e participará da avaliação e da proteção dos direitos dos sujeitos envolvidos. Sabemos que houve essa preocupação, mas não está explícito no relatório. E ainda vale ressaltar que a edição e disseminação do relatório; e do financiamento da avaliação não foram divulgados como seriam feitos.

A3 Respeito e Direitos Humanos – As avaliações devem ser planejadas e conduzidas com a preocupação de proteger os direitos humanos e a legalidade.

No Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais é notável que os avaliadores tiveram esta atenção em manter em sigilo o público envolvido, e atentaram em manter a dignidade dos participantes e outros *stakeholders* ao ilustrar e divulgar os resultados da avaliação realizada. Ao divulgar os dados, o relatório informa apenas que foram entrevistados pessoas de 16 anos ou mais, respeitando e protegendo assim os envolvidos no processo avaliativo. Desta forma, zelou-se para que o anonimato de todos os envolvidos fosse mantido. Este aspecto é um dos pontos cruciais, no qual a preocupação de proteger os direitos humanos e a legalidade são fundamentais, resguardando, assim a dignidade dos participantes.

A4 Clareza e Equidade – As avaliações devem ser inteligíveis e justas, ao tratar dos propósitos e necessidades dos *stakeholders*.

Este padrão indica que as avaliações sejam claras e justas para as partes interessadas na resolução das necessidades e finalidades. No relatório estudado nota-se que o mesmo foi atendido uma vez que apresentou de forma clara e objetiva o propósito avaliação e sua finalidade, pois a avaliação foi composta de duas partes. A primeira visou produzir o valor econômico do Futura a partir da metodologia de disposição a pagar, a segunda é uma avaliação de impacto fundamentada em temas diretamente relacionados à atuação do canal, como discriminação e engajamento social.

Vale ressaltar que toda a metodologia de avaliação, desde seu desenho até a análise dos resultados, foi largamente debatida entre a equipe do PROGRAMA e a do Canal Futura.

A5 Transparência e Abertura – As avaliações devem fornecer a todos os *stakeholders* descrições completas das constatações, limitações e conclusões, a não ser que isso represente violação das leis ou das convenções sociais.

Este padrão recomenda que a avaliação forneça uma descrição completa das descobertas, das limitações e das conclusões a todos os interessados a menos que isso viole as obrigações legais ou de decoro.

Nas conclusões da avaliação realizada é notável que os resultados da avaliação sugerem que alguns temas apresentam maior preconceito da população em geral: gênero, regionalismo, religião, raça (orientais e indígenas apenas), e estética. Segundo conclusão do relatório estes seriam, portanto, temas com maior chance de serem afetados pela atuação do Canal Futura. Isto indica que o padrão Transparência e Abertura foi atendido.

A6 Conflitos de Interesses – As avaliações devem identificar franca e honestamente e trabalhar conflitos de interesses, sejam reais ou disfarçados, que possam comprometer a avaliação.

Segundo este padrão é recomendado que os conflitos de interesses sejam tratados com abertura e honestidade para não comprometerem os processos e os resultados da avaliação. No relatório analisado não foi possível perceber se este padrão foi atendido ou não, pois não há informação a respeito. Cabe observar que, de acordo com as diretrizes do *Joint Committee*, a não identificação deste padrão pode incidir riscos para a avaliação, entre as quais destacamos, não levantar a questão de um conflito de interesses porque a administração do problema seria muito complexa, desqualificar pessoas ou elementos com base em um conflito pré-existente, sem verificar a fundo se a exatidão não foi prejudicada por ele, perder oportunidades de auxiliar *stakeholders* a distinguir conflitos de interesses capazes de intervir com os benefícios que possivelmente ganhem da avaliação, dentre outros. Sendo assim, para implementação deste padrão, sugere-se debater os conflitos de interesse de forma aberta e produtivamente durante todo percurso de avaliação.

A7 Responsabilidade Fiscal – As avaliações devem prestar contas de todos os recursos despendidos e cumprir processos e procedimentos fiscais determinados pela lei.

O padrão sugere que a alocação e o gasto de recursos pelo avaliador reflitam procedimentos contábeis adequados, além de prezar pela prudência e responsabilidade ética de tal forma que as despesas sejam explicadas e adequadas.

No relatório analisado não foi possível perceber se este padrão foi atendido ou não, pois não há declaração sobre a disponibilização de recursos utilizados e gastos. O relatório apenas informa que todo o processo de avaliação, desde seu desenho até a análise dos resultados, foi amplamente discutido entre a equipe do PROGRAMA e a do Canal Futura.

Sabemos que os padrões da categoria adequação se referem ao que é apropriado, válido, legal, correto, aceitável e justo na avaliação, compreendendo três áreas que se complementam, que são direitos, deveres e responsabilidades dos avaliadores; Sistemas de leis, regulamentos e regras; e Funções e obrigações inerentes à prática profissional da avaliação. Estes são importantes e complementam os outros atributos da avaliação: utilidade, exequibilidade, precisão e responsabilização.

Conclusão e recomendações

O propósito deste estudo foi apresentar uma meta-avaliação sobre programas de avaliação, em especial ao Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais, a luz dos padrões de Utilidade e Adequação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

Um Projeto Social busca proporcionar uma programação ou produto pautado na qualidade. O que for apresentado ou oferecido para um determinado público precisa prezar pela qualidade, e buscar que a mesma seja atestada, por meio de avaliações, bem conduzidas e planejadas. O propósito consiste em dar orientações de melhoria e de possíveis ações de mudanças.

Para realizar avaliações ou meta-avaliações nas mais distintas áreas existem aportes teóricos e metodológicos, que fundamentam e auxiliam sua realização, com clareza e confiabilidade. Sendo assim, buscou-se, nos estudos do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (YARBROUGH et al., 2011), focalizar duas categorias de padrões como base teórica necessária para uma avaliação de qualidade.

Os benefícios da meta-avaliação são evidentes, conforme afirma Elliot (2011, p. 960), “em diversas instâncias, a necessidade de meta-avaliar uma avaliação, seu relatório ou o

próprio processo avaliativo é a forma de atestar-lhes a qualidade ou de evidenciar pontos que ainda precisam ser burilados.”

O Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais foi bem planejado, bem elaborado e contou, desde seu planejamento à execução, com uma equipe de avaliadores internos e externos gabaritados, de grande credibilidade e empenhados em realizar um trabalho sério, de qualidade, evidenciando a importância da cultura de avaliação para a Empresa.

Além de possuir uma equipe treinada e qualificada para executar a avaliação, participaram, também, avaliadores externos, de órgãos competentes para a realização de tarefas específicas no planejamento do programa: especificamente para preparar os instrumentos de campo houve a cooperação de membro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; para a metodologia de disposição a pagar, a Universidade de São Paulo; a Universidade Federal de Minas Gerais para a definição dos instrumentos relacionados aos temas de atuação do canal; o Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade na definição dos instrumentos de campo e na discussão sobre as metodologias a serem utilizadas. Assim, estas parcerias na elaboração do programa garantiram sua alta qualidade técnica e a credibilidade dos avaliadores.

Como se encontra no texto do Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (YARBROUGH et al., 2011):

Para algumas organizações o desenvolvimento da capacidade de avaliar significa fazer com que os *stakeholders* aprendam a trabalhar efetivamente com os avaliadores externos. Essa aprendizagem organizacional favorece as contribuições que os resultados e os processos de avaliação externa podem dar à produtividade e ao crescimento da organização.

Interessados em realizar a avaliação para todos os seus programas, esta política de agregar pessoas e órgãos credenciados, trazendo contribuições para atividades específicas do programa, proporcionou aos *stakeholders* o domínio de produtos e processos de avaliação, aumentando assim a utilização desses processos e dos resultados obtidos.

Os avaliadores estavam atentos a cada etapa do processo e resolveram de forma eficiente as situações que poderiam comprometer a qualidade da avaliação, como por

exemplo, os problemas gerados pela pesquisa de fluxo e a escolha dos valores oferecidos para os entrevistados na avaliação de disposição a pagar.

Ao longo do estudo foi enfatizado o quanto é importante uma avaliação, e como ela deve ser elaborada, planejada e pensada. Porém, sozinha, não resolve todos os problemas encontrados. A avaliação em si:

Não cria uma solução – embora possa sugeri-la. A avaliação serve para identificar pontos fortes e fracos, destacar o que é bom e expor defeitos, mas não pode, sozinha, corrigir problemas, pois esse é o papel da administração e de outros responsáveis, que podem usar as conclusões da avaliação como instrumento de ajuda nesse processo. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 57).

A partir do estudo meta-avaliativo, recomenda-se que seja feita uma avaliação do Programa utilizando apenas os telespectadores do Canal Futura. Crianças, jovens universitários, pais, professores, educadores, pessoas que assistem aos programas estão capacitadas para avaliar e apontar os pontos negativos e positivos, fazendo assim com que haja um envolvimento maior da população, abrangendo assim o número da amostra. Se pessoas de perfis diferenciados, que não conhecem o Canal, porém estão dispostas a mantê-lo no ar, seria interessante dar a palavra aos telespectadores e repetir a pergunta: “Quanto você está disposto a pagar para manter o Canal Futura no ar?”

Ainda é possível fazer muito mais em relação a um programa educacional como o apresentado. Não se teve a pretensão de exaurir o tema e de resolver alguns pontos que foram identificados com este estudo, mas o objetivo maior é de promover discussões, debates sobre possíveis caminhos para o aperfeiçoamento dos processos avaliativos presentes nos programas oferecidos como este estudado e meta-avaliado.

Diante da análise realizada, pode-se entender que a avaliação é uma necessidade constante no processo de construção da excelência de qualquer programa, curso, instituição ou área, já que ela acontece nas diversas instâncias. E ainda por meio de uma avaliação é possível promover mudanças na busca da qualidade, tendo em vista o compromisso com o trabalho que desenvolve. Afinal toda avaliação tem um fim. E as autoras acreditam que a finalidade maior é a busca incansável do aperfeiçoamento e melhoria do ensino, da gestão, da aprendizagem, do curso, do programa, e de todos os envolvidos nesta causa.

Referências

BANCO ITAÚ-UNIBANCO. *Relatório de avaliação econômica de projetos sociais*. [São Paulo], 2007. Disponível em: <http://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/wp-content/uploads/2015/01/8-_20150128.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluations users*. 3. ed. Los Angeles, CA: Sage, 2011.

ELLIOT, L. G. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

PENNA FIRME, T.; LETICHEVSKY, A. C. O Desenvolvimento da Capacidade de Avaliação no Século XXI: enfrentando o desafio através da Meta-Avaliação. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 289-300, 2002.

YARBROUGH, D. L. B. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

WORTHEN, B. R., SANDERS, J. R., FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo; Ed Gente 2004.

Recebido em: 15/04/2016

Aceito para publicação em: 29/07/2016

Economic Evaluation of Social Projects Program: a meta-evaluation

Abstract

The study conducted a meta-evaluation of the Economic Evaluation of Social Projects program, based on the utility and propriety standards of the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. The methodology was based on a report that assessed the impact of Canal Futura in people's lives and whether the investment of the Itaú Social Foundation held the same competency in the financial area. The Canal Futura's evaluation was based on the evaluation of willingness to pay and impact evaluation. The evaluated dimensions of willingness to pay, monetary value, exchange of goods and the exchange of TV channels showed favorable results for the Canal Futura, substantiating the return of economic resources employed in society. The study found that the Canal Futura has a differential profile of viewers. Therefore, its objective of "promoting the symbolic integration of the Brazilian population segments" is being accomplished.

Keywords: Meta-evaluation. Evaluation. Utility and propriety standards.

Programa Evaluación Económica de Proyectos Sociales: una metaevaluación

Resumen

En este estudio se llevó a cabo una metaevaluación del Programa Evaluación Económica de Proyectos Sociales basado en los Estándares de Utilidad y Adecuación del Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. Como metodología se utilizó el informe que evaluó el impacto del Canal Futura en la vida de las personas y también si la inversión de la Fundación Itaú Social realizó la misma competencia en el área financiera. En las consideraciones finales se recomienda evaluar el Programa usando sólo los telespectadores del Canal Futura: niños, estudiantes universitarios, padres, maestros, educadores, personas que ven los programas y están capacitadas para evaluar y precisar los puntos negativos y positivos, haciendo así una mayor participación de la muestra.

Palabras clave: Metaevaluación. Evaluación. Estándar de Utilidad y Adecuación.